



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 27ª (VIGÉSIMA SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de novembro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 27ª (vigésima sétima) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, Lúcio Flávio Alves, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira e Ricardo Ferreira Valente Filho. Também presente o Procurador do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente indagou aos Conselheiros se estes receberam as resoluções enviadas pela Secretária para apreciação e, se há necessidade de correção. Não havendo nenhuma observação por parte dos conselheiros, as resoluções referentes aos seguintes processos: nº 1/202/2017, 1/2564/2018, 1/2605/2018, 1/2995/2018, 1/4155/2017, 1/3161/2018, 1/5454/2017 – Cons. Ricardo Ferreira Valente Filho; 1/2518/2017 – Cons. Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto; 1/799/2018, 1/1989/2018, 1/186/2017, 1/203/2017, 1/628/2018 – Cons. Alexandre Mendes de Sousa; 1/4725/2018, 1/1881/2018 – Cons. Lúcio Flávio Alves, foram aprovadas. **Passando à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso nº 1/3735/2019 – Auto de Infração: 1/201909020. Recorrente: COMERCIAL DE MIUDEZAS FREITAS LTDA. Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Relator: ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e por maioria de votos, dar-lhe parcial provimento, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a acusação fiscal, em razão do reenquadramento da penalidade do art. 123, III, “g” da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, para a inserta no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017, por ser mais benéfica ao contribuinte, conforme art. 112 do CTN. Ressalte-se que o representante legal da recorrente abdicou, em sessão, da alegação suscitada no recurso voluntário de ausência de ocorrência da infração. Decisão nos termos do Conselheiro relator, em desacordo com o Parecer da

Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado se manifestou em sessão pela procedência da acusação fiscal, de acordo com a decisão singular e confirmando o Parecer da Assessoria Processual Tributária. Foi voto divergente o da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, que votou adotando o entendimento do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente, para proceder sustentação oral das razões do recurso a representante legal da recorrente, Dr. Thiago Matos. **Processo de Recurso nº 1/3739/2019 – Auto de Infração: 1/201909026. Recorrente: COMERCIAL DE MIUDEZAS FREITAS LTDA.** Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **Relator: CONSELHEIRO FELIPE AUGUSTO ARAUJO MUNIZ. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e, em exame preliminar, reconhecer a decadência aduzida pela parte, relativamente aos períodos de janeiro a maio de 2014, conforme a regra de contagem do prazo decadencial estabelecida no Art. 150, § 4º do CTN. **No mérito,** a 3ª Câmara, resolve, por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao Recurso interposto, para reformar a decisão condenatória de 1ª Instância, julgando **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o auto de infração, em vista do reconhecimento da decadência parcial do direito de constituição do crédito tributário por parte do Fisco. Para os períodos remanescentes aplica-se a penalidade prevista no art. 123, II, “a”, da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/17. Ressalte-se que o representante legal da recorrente abdicou, em sessão, das demais alegações suscitadas no recurso voluntário, quais sejam: Equívocos da decisão monocrática e ausência de elementos probatórios. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado em sua manifestação oral se pronunciou por manter a decisão exarada na instância singular e aprovando o Parecer da Assessoria Processual Tributária. Esteve presente, para proceder sustentação oral das razões do recurso a representante legal da recorrente, Dr. Thiago Matos. **Processo de Recurso nº 1/3740/2019 – Auto de Infração: 1/201909028. Recorrente: COMERCIAL DE MIUDEZAS FREITAS LTDA.** Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **Relator: CONSELHEIRO LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, em exame preliminar, reconhecer a decadência total do direito de constituição do crédito tributário relativamente aos meses de janeiro a março de 2014, por força do art. 150, § 4º do CTN. Em ato contínuo, a 3ª Câmara resolve, por unanimidade de votos, declarar a **EXTINÇÃO** processual em razão da decadência “in totum” do direito do lançamento do crédito tributário, conforme previsão legal já mencionada. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e contrária a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente, para proceder sustentação oral das razões do recurso a representante legal da recorrente, Dr. Thiago Matos. **Processo de Recurso nº 1/29/2018 – Auto de Infração: 1/201719066. Recorrente: HNR NORDESTE COMPONENTES INDUSTRIAIS LTDA.** Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **Relator: CONSELHEIRO MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado em sua manifestação oral se pronunciou pela procedência da acusação fiscal aplicando o art. 123, III, “b”, item 2, da Lei nº 12.670/96, porém com a redação vigente à época do fato gerador. A Câmara não conhece do Recurso

na parte relativa ao caráter alegadamente confiscatório da multa aplicada, em face do disposto no art. 48, § 2º, da Lei nº 15.614/14. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 17 (dezesete) de novembro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco **Wellington** Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA